

**30° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
24 a 28 de outubro de 2006**

**Seminário Temático ST 07
Modernidade, Cultura e Entretenimento**

**CONSUMO E ENOBRECIMENTO:
A DEVORAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL***

Rogério Proença Leite** (UFS)

Há certamente muitos lugares comuns no debate corrente sobre patrimônio cultural. Um deles é a conhecida correlação entre patrimônio e identidade, base de uma reflexão que evidencia – acertadamente na maioria dos casos -, o papel do patrimônio em suas mais variadas acepções e formatos na construção e manutenção de certos lastros locais e tradicionais de segurança ontológica. Creio que a ninguém ocorreria duvidar da relativa eficácia que o apelo do patrimônio compartilhado exerce sobre a manutenção de um sentido comunitário, sobretudo em tempos de exacerbada pulverização das modernas identidades urbanas (Hall, 1997; Peralta & Anico, 2006).

Entretanto, a despeito da aparente obviedade que o tema sugere, há contudo um aspecto que pode e deve ser ainda discutido, na contramão da tendência abertamente dominante de correlações positivas entre os termos. Refiro-me a um processo – em certos casos igualmente desejável – de destradicionalização do patrimônio – e sua conseqüente perda dos referentes identitários. Em outras palavras: gostaria de poder argumentar que em certos

* Pesquisa *in progress*, realizada pelo Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais da UFS (www.posgrap.ufs.br/labeurc), no âmbito da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos, com apoio do CNPq.

** Rogério Proença Leite é doutor em Ciências Sociais (Unicamp), professor do PPGS da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Pesquisador 2 do CNPq, pesquisador associado do Cemi-Unicamp e coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais/UFS.

contextos de enobrecimento¹ e consumo extensivo do patrimônio pode ser preferível a sua relativa destradicionalização ao reforço dos conteúdos culturais que promoveriam os necessários nexos formadores de certas identidades urbanas. Este argumento se baseia em uma hipótese de pesquisa ainda em fase de rebatimento empírico: nas políticas de enobrecimento, para tornar o patrimônio cultural amplamente consumível, é necessário um duplo movimento, aparentemente paradoxal: as políticas de intervenção precisam promover uma certa destradicionalização do patrimônio (entendido aqui como flexibilização dos conteúdos culturais locais, como forma de torná-los acessíveis aos padrões globais de consumo) e, ao mesmo tempo, necessitam reabilitar certos aspectos locais da cultura como meio inteligível de promover o reconhecimento das especificidades locais (necessárias à reativação das práticas de consumo), mediante certos processos de retradicionalização da cultura.

Em outras palavras: os processos de enobrecimento ao mesmo tempo em que podem reforçar os nexos entre Patrimônio e Identidade, também podem – em um mesmo e contraditório movimento – promover a sua flexibilização. Desse aparente paradoxo, surgem dois processos, sobre os quais gostaria de discutir neste *paper*: 1) a necessária transformação do patrimônio em mercadoria nos processos de enobrecimento e 2) a ressonância desse duplo movimento de destradicionalização e retradicionalização para o que sugiro aqui ser uma proliferada “devoração” do patrimônio.

Enobrecimento e destradicionalização do patrimônio

Muita coisa mudou no panorama das grandes cidades contemporâneas, desde que Ruth Glass (1963) usou pela primeira vez o termo *gentrification* para designar o processo de reocupação e elitização de antigos bairros do centro de

¹ Mantenho aqui a sugestão vocabular de Silvana Rubino e Pedro Maia que traduzem *gentrification* por *enobrecimento*. Há ainda, contudo, dois termos na língua portuguesa que têm sido usados como correlatos na literatura especializada: nobilitação e gentrificação.

Londres. Sem dúvida, parece que uma imensa “onda”, para utilizar a expressão de Smith (2006), transformou uma experiência local de política urbana em uma estratégia global de planejamento urbano. A expressão não é um exagero. Pode-se dizer que há de fato uma generalização empiricamente observável no que se refere a políticas de valorização de áreas enobrecidas em muitas cidades. Já não são apenas Nova York, Boston, Lyon, Barcelona ou Londres: a proliferação de processos de *gentrification* chega, ainda que em estado alterado e em diferentes matizes, em antigos bairros históricos de grandes cidades de países centrais e periféricos em todo o mundo, transformando esses bairros antes degradados em elegantes *points* de consumo das classes média e alta.

A despeito dessas diferentes experiências e em meio à inacabada discussão acerca das características e do próprio conceito de *gentrification*, há um aspecto que parece consensual entre os estudiosos do assunto: espaços enobrecidos resultam quase sempre de alterações substanciais de usos e usuários (sejam mediante processos indutivos ou não), e implicam invariavelmente em demarcações socioespaciais excludentes. Essas fronteiras modernas, muitas vezes alicerçadas em padrões de consumo, têm forte ressonância política: em geral implicam a criação de nichos espaciais de novos modos de vida urbano, muitas vezes fundamentado em postulados de excessiva segurança pública, acompanhado de uma nem sempre discreta discriminação sócio-econômica.

Uma outra característica, contudo, parece acompanhar inevitavelmente os processos de enobrecimento, sobretudo aqueles em áreas patrimoniais: a mudança de usos e usuários se faz, em geral, mediante a flexibilização de certas características culturais locais. Como estou sugerindo aqui, essa flexibilização incorre, em um certo sentido, em uma destradicionalização do patrimônio, na medida em que desloca para a esfera do consumo os aspectos mais tradicionais da cultura local. O que estou chamando aqui de *flexibilização* nada mais é do que *ajustamentos* da tradição, muito próximo ao que Carlos Fortuna (1997) chamou de “conservação inovadora do elemento tradicional”, quando de sua análise sobre os

ajustes das tradições locais às demandas globais do consumo cultural na cidade de Évora.

O caso estudado por Fortuna tem forte apelo heurístico para o entendimento desses processos contemporâneos de destradicionalização /retradicionização. Évora é, de fato, um caso curioso de como certos aspectos da tradição são cuidadosamente selecionados, conservados e cenograficamente apresentados para o consumo visual. Embora não seja um caso típico de *gentrification*, pelo menos no que se refere ao quesito substituição de moradores, Évora se enquadra em um tipo de *gentrification* cada vez mais presente em cidades turísticas, cujas áreas enobrecidas não têm funções residências ou não apresentam no aspecto residencial indícios de alteração significativa de usos.

Este tipo de enobrecimento não residencial, muito comum nas cidades brasileiras que passaram por intervenções dessa natureza, a exemplo de Belém, Salvador, Recife e Fortaleza; poderia ser provisoriamente chamado de “enobrecimento de visitaçã”, como sugere a pesquisadora francesa Bidou-Zachariassen (2006). Seriam, assim, casos típicos em que as mudanças de usos e usuários ocorreriam predominantemente no plano das práticas turísticas, como exemplifica o caso singular de Évora. Este tipo de enobrecimento pode ser tomado como particularmente adequado à observação dos processos correntes de transformação do patrimônio em mercadoria, em virtude do forte apelo à visitaçã pública que estes modelos de intervençã apostam como forma de assegurar os necessários retornos aos investimentos realizados. Conseqüentemente, são justamente nestes tipos de enobrecimento que podemos melhor observar os processos derivados de destradicionalização/retradicionização.

O primeiro processo, que se refere à flexibilização dos conteúdos culturais locais, é facilmente observado pelo esforço em tornar esses espaços acessíveis a diferentes pessoas. Não apenas acessíveis, mas consumíveis do ponto de vista simbólico e cultural. Neste caso, a transformação do patrimônio em mercadoria é, neste caso, fundamental, para essa destradicionalização. Para manter-me no

mesmo exemplo de Évora, ressalte-se o tipo de sociabilidade que tende a predominar nestes espaços mediados pelas práticas de consumo, como ressalta Carlos Fortuna (1999), na forma de sociabilidades efêmeras, circunscritas, em tempo real, ao ato de consumo:

“Neste caso, os monumentos não podem senão proporcionar processos de identificação circunstancial e efêmera entre os indivíduos, pois que as relações sociais que se estabelecem por seu intermédio perduram apenas enquanto se puder continuar a consumir o ‘objeto’” (p.39).

Esses ajustamentos que flexibilizam a tradição não são processos meramente formais, ainda que se apresentem abertamente como estratégias de marketing urbano. Implicam muitas vezes em rearranjos cotidianos que alteram o modo como usuários interagem nos espaços. Essa flexibilização tem ainda uma dupla função: promover a inserção desses espaços patrimoniais no fluxo mundial de consumo simbólico e reativar, no sentido inverso, a necessária retraditionalização que legitima cultural e politicamente os processos de enobrecimento urbano.

No segundo processo, a flexibilização tende a reativar uma necessária retraditionalização dos espaços e, com isso, reforçar os significados locais da cultura. Esse processo, com já pude observar anteriormente quando estudei o Bairro do Recife (Leite, 2004; 2005), consiste em fomentar a apresentação de manifestações da cultura popular local, como forma de ativar certos parâmetros de legitimidade cultural desses espaços. Entretanto, muitas vezes são manifestações que nada têm haver com a localidade e que são apresentadas como típicas, a fim de criar esses possíveis lastros de identidade. O problema é que, de fato, trata-se tão somente de uma espetacularização retraditionalizada, na medida em que o objetivo não é exatamente forjar identidades culturais, mas estimular consumidores. O objetivo é, em última análise, atrair novos usuários, tendo como referência as possibilidades de consumo do espaço, seja na forma do acesso aos

bares e restaurantes, seja na forma do consumo simbólico dessas manifestações artístico-culturais.

Esses dois movimentos que desterritorializam e reterritorializam o patrimônio cultural, em contextos de *gentrification*, incidem relativamente nas formas cotidianas de estruturação das identidades. Tradicionalmente associado a expressões nacionais de identidade, o patrimônio-mercadoria em contextos enobrecidos perde relativamente essa anterior capacidade simbólica de materializar os abstratos sentidos de pertencimento a uma nação (Arantes, 1997). O caráter anti-identitário, por assim dizer, desse patrimônio-mercadoria se revela exatamente pelos mecanismos de flexibilização dos aspectos culturais locais que faz com que este patrimônio possa ser consumido por qualquer pessoa, independentemente dos laços de lealdade cultural que possua.

Não pretendo com isso dizer que não há processos formadores de identidade em espaços enobrecidos. Como já tive oportunidade de abordar em trabalho anterior (Leite, 2004; 2006), os processos de *gentrification* não impedem a formação dos lugares identitários, que continuam a existir em decorrência de uma complexa demarcação sócio-espacial que ganha sentido na estruturação dos espaços públicos. A esse respeito, vale lembrar que identidades não são dadas, mas elaboradas cotidianamente no curso das interações políticas. Quando da discussão sobre a existência do que chamei de “contra-usos”, pude ressaltar que a existência dos lugares nos espaços enobrecidos contribui justamente para reafirmar certas delimitações constitutivas das identidades. Assim, essa delimitação dos *lugares* é relacional, assim como o são os processos formadores de identidades: existe em função de uma necessária *diferenciação* que torna o *lugar* uma singularidade espacial e socialmente reconhecível. Este aspecto contrastivo e diferencial implica a existência de representações que podem ser - e em geral são - antagônicas: o que torna um espaço um *lugar* para uns, pode ser exatamente o que possibilita, para outros, a construção contrastiva de seus próprios *lugares*. É nesse sentido que um *lugar* é sempre um *espaço da*

construção da diferença: nele se inscrevem as marcas que caracterizam as diferentes demandas de pertencimento a uma coletividade (Leite, 2004). O mesmo, a meu ver, pode ser dito e aplicado à noção de identidade. Como processo de diferenciação, as identidades também se estruturam através de mecanismos contrastivos e, de modo correlato ao que acontece com os *lugares*, as identidades também se autodefinem fundamentalmente como são pelo recurso da diferenciação em relação àquilo que não são. Ora, nada mais anti-identitário, portanto, que o nivelamento que as políticas de enobrecimento operam, ao standardizar as possibilidades de reconhecimento mediante práticas de consumo e pela transformação do patrimônio em uma mera mercadoria cultural.

Desse modo, mesmo que certas identidades possam continuar se estruturando nestes espaços enobrecidos, permanece uma sugestão aqui levantada de que um dos objetivos dos processos de destradicionalização pode ser exatamente o de pulverizar ao máximo as possibilidades de estruturação dos nexos identitários existentes para, com isso, promover as necessárias inserções do maior número possível de cidadãos-consumidores. A questão que se destaca, neste ponto, é que em medida essa destradicionalização afeta as possibilidades de uso desse patrimônio enobrecido e transformado em mercadoria.

Espaço enobrecido, Patrimônio devorado

Para além dos processos de enobrecimento urbano, as identidades urbanas certamente continuarão a existir. Mas interessa saber quais identidades um espaço enobrecido é capaz de estruturar. Havia sugerido, no início desse *paper*, a hipótese de pesquisa que seria preferível, em contextos de enobrecimento e consumo extensivo do patrimônio, a relativa destradicionalização do patrimônio ao reforço dos conteúdos culturais que promoveriam os necessários nexos formadores de certas identidades urbanas.

Gostaria de recolocar essa problemática, agora detalhando melhor o que penso que seriam exatamente essas implicações dessa situação. Tomemos como visualização empírica, alguns casos de enobrecimento no Brasil, a exemplo da Estação das Docas em Belém; do Pelourinho em Salvador e do Bairro do Recife.

Um dos elementos observáveis nestes diferentes processos de enobrecimento é justamente o esforço de retraditionalização do espaço, implementado na maioria das vezes mediante políticas culturais de entretenimento. Trata-se, pois, de políticas oficiais, amplamente ancoradas em parcerias com a iniciativa privada, que elaboram suas respectivas “agendas culturais”, voltadas a criar uma ambiência supostamente tradicional. Um exemplo claro eram as apresentações de grupos de maracatu na rua do Bom Jesus, no Recife Antigo. Claramente deslocado de seu contexto, graças a um contrato precário com a Prefeitura que lhes assegurava um simbólico cachê, as apresentações eram espetáculos efêmeros, voltados a um público igualmente passageiro que circulava pelas ruas enobrecidas. A artificialidade resultante, contudo, era a base da suposta retraditionalização porque o que se pretendia não era exatamente re-fundar essas expressões da cultura local nesses espaços de consumo, mas tão somente criar uma mercadoria culturalmente referenciada e com uma certa legitimidade perante o público consumidor. Essa mercadoria servia exatamente para legitimar o próprio processo de intervenção do bairro.

Essa superficialidade, embora discutível sobre muitos pontos de vista, tem lá sua importância, pois possivelmente é ela que torna esses espaços menos autoritários, na medida em que essa retraditionalização tem apenas função mercadológica, exatamente para que esse produto possa ser culturalmente consumido por todos (ainda que para isso perca sua força na estruturação de uma identidade em particular).

O mesmo não se poderia dizer de uma situação em que uma política de enobrecimento essa retraditionalização fosse levada às últimas consequências, numa tentativa de resgatar de fato certos aspectos essencialistas de uma dada

manifestação da cultura local. Nisso, sim, estaria de fato o problema da retraditionalização: uma política de enobrecimento, com todos os aspectos segregacionistas que lhe são característicos, associada a políticas essencialistas do patrimônio, resultaria, muito provavelmente, em espaços elitizados, excessivamente tradicionais e com uma acentuada inflexão para uma única identitária cultural. É neste sentido que uma destraditionalização pode ser preferível a uma pretensa retraditionalização real de caráter essencialista.

Neste sentido, se a flexibilização dos conteúdos culturais, que resulta da destraditionalização do patrimônio em contextos de enobrecimento urbano pode, por um lado, pulverizar ao extremo os sentidos atribuídos ao patrimônio, por outro lado pode contribuir, em ambientes de lazer e entretenimento, para tornar este patrimônio mais permeável a diferentes usos e interpretações, ainda que acentuadamente marcada pelas práticas de consumo. A destraditionalização seria, assim, um componente importante para adequar tradições e patrimônios às demandas turísticas de lazer e consumo, e promoveriam o que poderíamos chamar de “devoração” do patrimônio: práticas exacerbadas e desterritorializadas de consumo alterado da tradição re-inventada e não essencialista.

Com todos os seus compreensíveis e reconhecíveis aspectos negativos, penso que essa devoração ainda seria preferível à sacralização do patrimônio pelas políticas oficiais que selecionam e elegem um suposto ícone de caráter excepcional para fazer as vezes de substrato simbólico de uma única identidade.

Referências bibliográficas:

- Arantes, Antonio A. (1997), “Patrimônio Cultural e Nação”. In: Araújo, Angela M.C. *Trabalho, Cultura e Cidadania*. São Paulo, Scritta.
- Bidou-Zachariassen, Catherine (2006), *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo, Anablume.

- Fortuna, Carlos. (1997), "Destradicionalização e Imagem da Cidade: o caso de Évora". In: Fortuna, C. (org). *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.
- Fortuna, Carlos (1999), *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*. Oeiras, Celta.
- Glass, Ruth (1963), *Introduction to London: aspects of change*. London: center for urban studies.
- Leite, Rogerio Proença. (2004), *Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, Editora Unicamp.
- Leite, Rogerio Proença. (2005), "Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas". *Sociedade e Cultura*, Goiás, v. 8, n. 2, p. 79-89.
- Leite, Rogerio Proença. (2006), "Patrimônio e enobrecimento no Bairro do Recife". *Revista Eletrônica do Centro de Preservação Cultural da USP - CPC* (www.usp.br/cpc/v1), São Paulo, v. 2.
- Peralta, Elsa & Anico, Marta. (2006), *Patrimónios e Identidades: ficções contemporâneas*. Oeiras, Celta.
- Smith, Neil. (1996), *The New Urban Frontier: gentrification and revanchist city*. London and New York, Routledge.
- Smith, Neil (2006), "A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global". In: Bidou-Zachariassen, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*. São Paulo, Anablume.